São Paulo
DATA MERCANTIL
R$ 2,50 | Quinta-feira, 12 de setembro de 2024 | Edição N º 1112
datamercantil.com.br

Lira e Haddad discutem ajuste na desoneração após trava do BC sobre dinheiro esquecido

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) discutiu nesta quarta-feira (11) com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, como avançar no impasse sobre o projeto de desoneração da folha de pagamentos após o BC pedir para os deputados federais não aprovarem o uso de dinheiro esquecido por pessoas físicas e empresas para reforçar o caixa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo o chefe da equipe econômica, a ideia é evitar que o texto volte ao Senado. "Tentar encontrar uma forma de deixar claro na redação qual é o propósito do Senado. Mas, para isso, a gente tem que trabalhar um pouquinho agora", disse.

A única alteração que não exigiria a volta do texto para os senadores seria uma emenda de redação, que, em tese, não altera o mérito da proposta.

Na terça-feira (10), o BC disparou às lideranças da Câmara uma nota técnica pedindo aos parlamentares que rejeitem o trecho que prevê a incorporação de valores esquecidos em contas bancárias.

O SVR (Sistema de Valores a Receber), do BC, indica a existência de R$ 8,5 bilhões esquecidos por pessoas físicas e empresas.

Segundo o BC, o projeto está em desacordo com sua metodologia estatística. A autoridade monetária entende que a medida não seria um "esforço fiscal" a ser contabilizado no cálculo para o cumprimento da meta, que é de déficit zero, com margem de tolerância de até R$ 28,8 bilhões negativos.

Um entendimento semelhante já foi adotado no ano passado, quando o Tesouro incorporou R$ 26 bilhões parados no Fundo de cotas do PIS/Pasep. O governo reconheceu o valor como receita primária, mas o BC não, o que levou à maior discrepância estatística da história entre os dois resultados.

Haddad disse ter levado à reunião com Lira o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, para explicar conceitos da contabilidade pública e citou o caso do PIS/Pasep.

"Até para tranquilizar de que o que o Senado propôs é algo que já tem amparo legal, não é uma coisa nova. [...] Mas nós deixamos para avaliação da Câmara julgar a conveniência de apoiar o Senado nessa matéria para fim de cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal", disse.

Folhapress

Economia

Australianos chegam ao Vale do Jequitinhonha para extrair lítio no maior depósito do Brasil
Pág - 03

G20 discute dez princípios para desenvolvimento da bioeconomia
Página - 03

Seca e forte calor reduzem ainda mais a safra de laranja e pressionam mercado
Pág - 05

Negócio de fertilizantes é sustentável do ponto de vista econômico, diz gerente da Petrobras
Pág - 05

Política

Haddad envia trio de secretários ao TCU para evitar alerta sobre risco de receitas superestimadas
Página - 04

Nunes (24%), Marçal (23%) e Boulos (21%) empatam em nova pesquisa Quaest em SP
Página - 04

No Mundo

Debate evidencia abordagens divergentes para a diplomacia dos EUA

O primeiro debate entre Donald Trump e Kamala Harris na corrida pela Casa Branca foi marcado por ataques mútuos e por confrontos relacionados a assuntos internos dos EUA, como era de se esperar. Ainda assim, em mais de uma ocasião os dois candidatos abordaram de maneira direta ou indireta como devem coordenar a diplomacia americana caso assumam a Presidência.

A relação dos EUA com a China; a saída das tropas americanas do Afeganistão; a crise migratória no continente americano; e os conflitos na Faixa de Gaza e na Ucrânia foram alguns desses temas.

Donald Trump, por exemplo, acusou a gestão Joe Biden-Kamala Harris de demonstrar fragilidade no cenário internacional. E indicou uma atuação agressiva para pressionar adversários diplomáticos.

Já a vice-presidente, por sua vez, demonstrou uma visão em que os EUA atuariam como garantidor da segurança de seus aliados e adotariam uma posição de negociadores com o restante da comunidade internacional.

Apesar disso, "embora os candidatos tenham esboçado suas perspectivas gerais sobre a diplomacia, não forneceram um roteiro claro e detalhado sobre como pretendem implementar suas políticas de forma prática", afirma Bruna Santos, especialista em política externa e diretora do Brazil Institute do think tank americano Wilson Center.

Os Estados Unidos ocupam um papel central nos dois conflitos que têm mais concentrado a atenção da comunidade internacional nos últimos anos: a invasão da Rússia à Ucrânia e a guerra de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza.

Trump afirmou que a guerra no leste europeu só começou porque o presidente russo, Vladimir Putin, acreditava que Joe Biden e Kamala Harris eram "incompetentes" e que não impediriam a operação. Já Kamala Harris criticou Trump por ser, em suas palavras, "fraco e errático em segurança nacional e política externa".

CNN

Maduro diz que apreensão de avião na República Dominicana foi "roubo"

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, disse na terça-feira (10) que a recente apreensão de um avião ligado a ele, realizada na República Dominicana a pedido do governo dos Estados Unidos, foi um "roubo". Ele também chamou o presidente dominicano, Luis Abinader, de "ladrão".

Maduro pontuou que estaria atento ao debate entre Kamala Harris e Donald Trump e que "se meu avião não tivesse sido roubado na República Dominicana, eu iria para lá".

"O presidente ladrão da República Dominicana, Abinader, que é um bandido, um ladrão, me deixou sem avião. O povo da República Dominicana lhe cobrará no devido tempo", adicionou.

O porta-voz da Presidência da República Dominicana disse à CNN que não tinha comentários sobre as declarações.Maduro fez as críticas durante uma reunião do conselho do governo federal, uma semana depois da CNN anunciar a apreensão da aeronave.

A aeronave, um Dassault Falcon 900 EX, estava na República Dominicana para manutenção quando foi imobilizada por ordem judicial. Depois, o veículo foi levado para a Flórida, como parte de uma investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos por possível contrabando e lavagem de dinheiro.

Na semana passada, após o anúncio do confisco do avião, Abinader afirmou em coletiva de imprensa que a aeronave não estava registrada no nome do governo da Venezuela, mas de um indivíduo, que não teve a identidade especificada.A administração federal venezuelana, no entanto, considerou o caso um ato de "pirataria" e atacou Washington.

"Mais uma vez, as autoridades dos Estados Unidos, em uma prática criminosa que só pode ser qualificada como pirataria, confiscaram ilegalmente uma aeronave que tem sido utilizada pelo presidente da República, justificando-se nas medidas que impõe de forma unilateral e ilegal em todo o mundo", declarou em um comunicado.

CNN

Rússia alerta que pode se unir à China se enfrentar ameaça dos EUA

A Rússia disse nesta quarta-feira (11) que sua parceria com a China não é voltada contra outros países, mas as duas potências poderiam "combinar potencial" se enfrentassem uma ameaça dos Estados Unidos.

"Gostaria de lembrar que Moscou e Pequim responderão à 'dupla contenção' dos Estados Unidos com 'dupla contração'", disse a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores Maria Zakharova quando questionada sobre uma possível implantação de mísseis dos EUA no Japão.

O Japan Times relatou em 7 de setembro que os Estados Unidos haviam expressado interesse em posicionar um sistema de mísseis de médio alcance Typhon no Japão para exercícios militares conjuntos.

"Está claro que tanto a Rússia quanto a China reagirão ao surgimento de ameaças de mísseis muito significativas, e sua reação estará longe de ser política, o que também foi repetidamente confirmado pelos dois países", advertiu Zakharova a repórteres em fala semanal.

Ela afirmou que a Rússia e a China tinham uma parceria estratégica que não tem intenção agressiva."Nossas relações não são direcionadas contra outros países… e a dupla contra-ação não contradiz isso. Esta é uma posição defensiva, esta não é uma iniciativa para atingir outros países", explicou Zakharova.

"Mas se uma política agressiva de ataque está sendo implementada contra nós de um centro, por que não combinamos nosso potencial e damos uma repreensão apropriada?", questionou.

Parceria "sem limites"

Os presidentes Vladimir Putin e Xi Jinping assinaram um acordo de parceria "sem limites" em 2022, menos de três semanas antes do líder russo enviar suas tropas para a Ucrânia.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

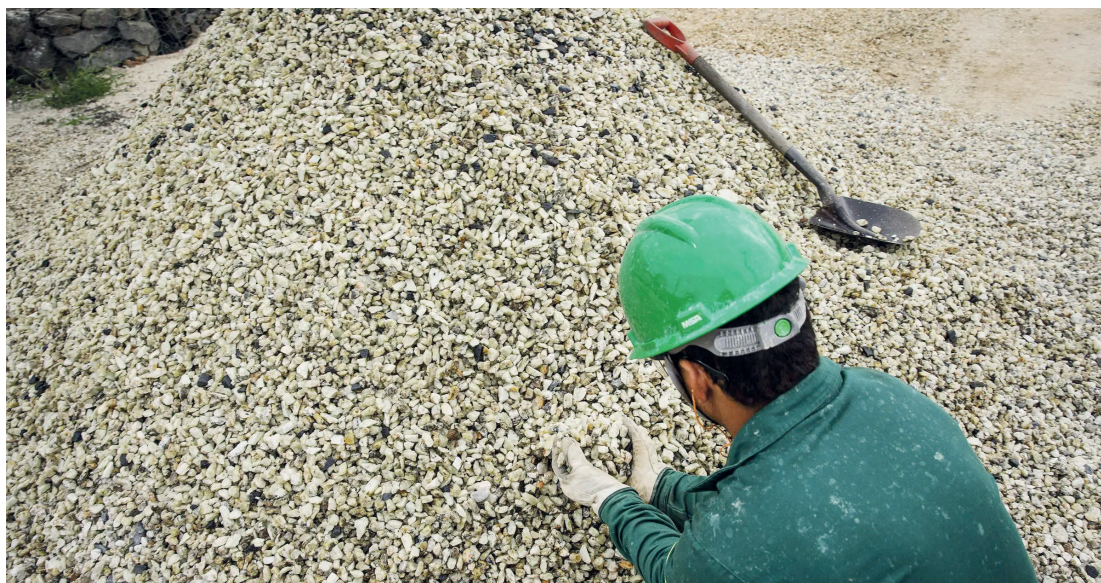
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Australianos chegam ao Vale do Jequitinhonha para extrair lítio no maior depósito do Brasil

A mineradora australiana Pilbara Minerals, uma das maiores produtoras de lítio do mundo, comprou o projeto da Latin Resources para extrair lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, onde estão os projetos ligados ao mineral no Brasil. O negócio gira em torno de US$ 350 milhões (R$ 1,95 bilhão).

Na prática, a Latin Resources também foi criada na Austrália, mas tem projetos de lítio e cobre concentrados na Argentina, Peru e Brasil. A empresa é conhecida no mercado como junior miner, categoria de mineradora especializada na criação e comercialização de projetos minerários -sem a exploração de fato.

O projeto da Latin Resources é focado na cidade de Salinas e, segundo a empresa, abriga a maior jazida de lítio da América Latina. O plano de extração ainda está em fase inicial e precisa de licenciamento ambiental do governo de Minas Gerais, além de novas análises de investimento da Pilbara Minerals.

A expectativa da empresa, porém, é que o licenciamento prévio e de instalação saia até o final deste ano e, a partir de abril de 2026, a Pilbara consiga produzir até 250 mil toneladas de espodumênio concentrado, a rocha que contém o lítio. O projeto inicial prevê também a duplicação da produção em 2029 -os valores e datas podem mudar ao longo das projeções de investimentos da Pilbara.

Em comparação, a Sigma Lithium, maior mineradora de lítio do país, produz no Vale do Jequitinhonha 250 mil toneladas de espodumênio concentrado e pretende ampliar esse valor para 520 mil já no ano que vem. As jazidas da Sigma, porém, estão concentradas em mais de um projeto, o que faz do plano da Latin Resources o maior já divulgado no país -com 70 milhões de espodumênio em um único depósito.

"Essa projeção é a maior da América Latina, se não a do mundo, estamos muito ansiosos a começar a produzir e ajudar o Brasil a ser um dos maiores centros produtores de lítio no mundo", disse Dale Henderson, CEO da Pilbara a jornalistas nesta quarta-feira (11), na Exposibram.

Pedro Lovisi/Folhapress

G20 discute dez princípios para desenvolvimento da bioeconomia

Representantes do G20 devem definir nesta quarta-feira (11) um texto com dez princípios para desenvolver a bioeconomia no mundo. Para ser levado à reunião de Cúpula, prevista para novembro, no Rio de Janeiro, o texto precisa ter a aprovação unânime dos 19 países membros do grupo, além das uniões Europeia e Africana, que também integram o G20.

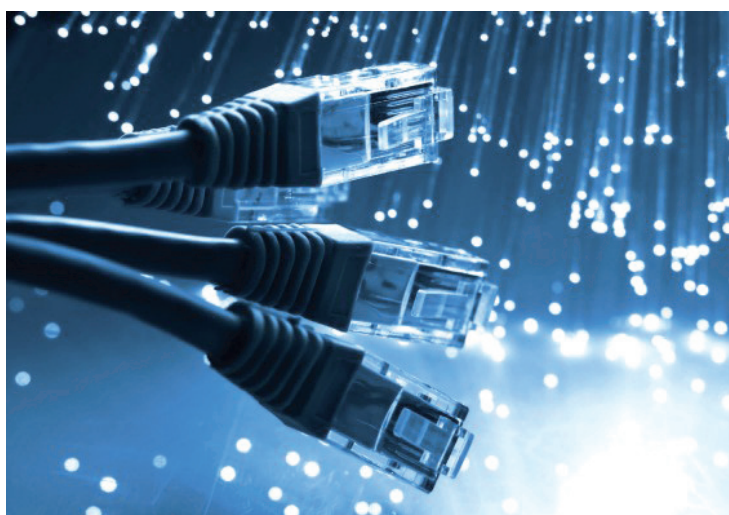
Entre os assuntos apresentados pelo governo brasileiro, que estão sendo discutidos pelo G20, aparecem os biocombustíveis e a cooperação técnico-científica entre os países para a produção de conhecimento conjunto.

A quarta reunião da Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia (GIB), que está discutindo o texto, está sendo realizada na cidade do Rio de Janeiro desde o início da semana. As três reuniões anteriores foram por videoconferência.

"Na Iniciativa de Bioeconomia do G20, nos dedicamos à troca de experiência entre os países, abordando temas fundamentais, como as economias florestais, o uso estratégico da biodiversidade, incluindo o seu patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado à biotecnologia, à bioindustrialização e à biossegurança, entre outras áreas essenciais. Nosso propósito hoje é estabelecer princípios orientadores que servirão como base para o desenvolvimento da bioeconomia, em suas diversas vertentes", disse a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, que participou do encontro nesta quarta-feira.

A bioeconomia é um conceito que envolve inovações fundamentadas em recursos biológicos, que resultam no desenvolvimento de produtos, processos e serviços mais sustentáveis.

Vitor Abdala/ABR

Indústria digital ganha R$ 144,4 bi em recursos públicos e privados

A indústria brasileira ganhará um reforço de R$ 58,7 bilhões em investimentos públicos para a transformação digital até 2026, além de R$ 85,7 bilhões da parte do setor produtivo do país até 2035. Os primeiros recursos serão direcionados à fabricação de fibra ótica, instalação de datacenters e computação em nuvem, telecomunicações, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura.

Somados aos R$ 42,2 bilhões que já foram alocados pelo setor público neste governo, o total chega a R$ 186,6 bilhões em investimentos. Os anúncios ocorreram em cerimônia no Palácio do Planalto, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também sancionou a lei que trata do novo Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon). Com a medida, estão previstos incentivos de R$ 7 bilhões por ano até 2026, em crédito tributários, para o setor de semicondutores e tecnologia da informação e comunicação (TIC), com aplicações voltadas para painéis solares, smartphones, computadores pessoais e outros dispositivos associados diretamente à chamada indústria 4.0.O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MCTI), Geraldo Alckmin, explicou que, hoje, a transformação digital chega a 19% das empresas industriais e a meta é alcançar 25% delas até 2025 e 50% até 2033. Semicondutores (chips), robôs industriais e produtos e serviços digitais avançados são as principais cadeias produtivas a serem fortalecidas.

Segundo ele, a missão 4 da Nova Indústria Brasil busca impulsionar a revolução digital no país em setores como internet das coisas, inteligência artificial e Big Data, além de aumentar a competitividade da indústria brasileira e promover um crescimento sustentável da economia com geração de emprego e renda. "É tudo que o Brasil precisa", enfatizou.

Andreia Verdélio/ABR

Política

Haddad envia trio de secretários ao TCU para evitar alerta sobre risco de receitas superestimadas

Em reação ao alerta da área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) para o risco de previsões de receitas superestimadas no Orçamento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decidiu enviar um trio de secretários para apresentar à cúpula do tribunal as medidas adotadas para o cumprimento da meta fiscal de déficit zero deste ano.

O acerto foi feito na terça-feira (10) entre Haddad e o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, após reportagem da Folha de S.Paulo revelar que a área técnica do TCU preparou uma nota contendo alerta ao governo federal devido a incertezas em relação à arrecadação decorrente da negociação especial dos contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

O que está em avaliação pela área técnica é se houve maquiagem nas previsões orçamentárias, segundo técnicos do TCU ouvidos pela reportagem.

A reunião está marcada para esta quarta-feira (11) com o ministro Bruno Dantas, o relator das contas do presidente da República para o exercício de 2024, ministro Jhonatan de Jesus, e a equipe técnica do tribunal.

Do lado do governo, estarão presentes os secretários Dario Durigan (Executivo), Robinson Barreirinhas (Receita Federal) e Rogério Ceron (Tesouro Nacional).

Após diligências feitas na Receita Federal, os técnicos do TCU deixam claro, na nota técnica em que fazem o alerta, que o governo manteve uma previsão de receitas superestimadas com a negociação do Carf no terceiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento. O relatório foi enviado em julho ao Congresso, apesar de o governo praticamente não ter arrecadado nada com a medida.

Segundo os números da nota técnica do TCU, entraram no caixa do governo apenas R$ 83,35 milhões até o dia 6 de agosto, o equivalente a 0,22% da projeção de R$ 37,7 bilhões que consta no terceiro relatório bimestral.

Folhapress

Nunes (24%), Marçal (23%) e Boulos (21%) empatam em nova pesquisa Quaest em SP

A nova pesquisa Quaest divulgada nesta quarta-feira (11) aponta empate técnico na liderança das intenções de voto em São Paulo. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) tem 24%, seguido pelo influenciador Pablo Marçal (PRTB), com 23%, e pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), com 21%.

O levantamento, registrado no Tribunal Superior Eleitoral sob o protocolo SP-09089/2024, foi encomendado pela TV Globo, e ouviu 1.200 pessoas entre os dias 8 e 10 de setembro. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

Em relação à pesquisa Quaest anterior, divulgada antes do início da propaganda eleitoral na televisão, Nunes oscilou de 19% para 24%, Marçal, de 19% para 23%, e Boulos, de 22% para 21%.

José Luiz Datena (PSDB) e Tabata Amaral (PSB) têm 8% das intenções de voto. Marina Helena (Novo) marca 2%, e Bebeto Haddad (DC), 1%. João Pimenta (PCO), Ricardo Senese (UP) e Altino Prazeres (PSTU) não pontuam. Indecisos são 5%, e votos em branco ou nulo, 8%.

Em um eventual segundo turno, a pesquisa indica que Nunes ganharia de Boulos (o prefeito tem 48%, frente a 33% do psolista) e de Marçal (50% a 30%). Já Boulos e Marçal empatariam neste cenário -o deputado aparece com 40% das intenções de votos e, o influenciador, com 39%.

O resultado do levantamento no primeiro turno se assemelha ao da pesquisa Datafolha divulgada há uma semana, que também mostrou Boulos, Marçal e Nunes empatados na liderança. O psolista apareceu com 23% das intenções de voto, enquanto o influenciador e o prefeito tinham 22%.

Na rodada anterior, divulgada há três semanas, Marçal havia subido sete pontos percentuais na pesquisa estimulada por cartão com os postulantes, encostando na dupla Nunes e Boulos, que vinha dividindo a liderança nas fases preliminares da campanha.

Folhapress

Governo Lula avalia retorno do horário de verão por causa da seca

O Ministério de Minas e Energia avalia retomar o horário de verão como forma de tentar evitar um racionamento de energia, que está no horizonte em razão da seca extrema que atinge o país.

O horário de verão é uma das alternativas na mesa do governo, que também já ampliou autorizações para o funcionamento de usinas termelétricas a gás. A seca também já causou o aumento da bandeira da conta de luz.

A informação sobre a volta da medida foi publicada pelo Poder 360 e confirmada pela Folha de S.Paulo. No entanto, não há previsão de quando isso seria feito, nem se de fato será.

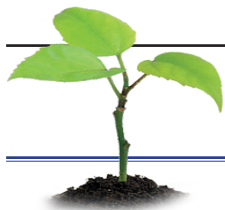
"Nós estamos em uma fase de avaliação da necessidade ou não do horário de verão. O horário de verão, nós sabemos que apesar da divisão da sociedade com relação a ele, tem outros efeitos que têm que ser analisados pelo governo, além da questão energética, que é a questão da economia. Ele impulsiona fortemente a economia do turismo, a economia dos bares, restaurantes, ele impulsiona a economia cotidiana", afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Segundo ele, a volta do horário de verão pode ajudar a reduzir a demanda de energia ao final da tarde, que é um horário crítico para o sistema elétrico.

Neste período, fontes como a solar e a eólica têm queda na produção, enquanto a demanda aumenta em razão do fim do expediente comercial, da chegada das pessoas em casa e do início da noite, com menos luz natural, argumentou.

"É aquele horário que o cidadão sai do trabalho, vai para casa, liga o ar-condicionado, liga o ventilador, vai tomar banho, vai tomar todo mundo quase que junto, liga a televisão para assistir um jornal, para poder assistir um filme e naquele horário nós temos um grande pico", disse.

Com o horário de verão, o período do dia coberto com luz natural aumenta, o que pode reduzir esta demanda.

João Gabriel/Folhapress

Seca e forte calor reduzem ainda mais a safra de laranja e pressionam mercado

A forte estiagem e as elevadas temperaturas que atingem as regiões de produção de cítricos de São Paulo e Minas Gerais fizeram com que a estimativa da safra de laranja 2024/25 fosse reduzida em 16,6 milhões de caixas da fruta. A queda equivale à safra passada da Flórida (EUA), outrora grande concorrente do suco brasileiro no mercado internacional.

A reestimativa, divulgada pelo Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura) nesta terça-feira (10), significa que uma safra que já seria pequena -a pior em mais de três décadas- deverá ser ainda pior.

Das 232,38 milhões de caixas de 40,8 quilos da fruta previstas em maio, agora a estimativa é que o cinturão citrícola formado pelo interior paulista e Triângulo/Sudoeste mineiro produza somente 215,78 milhões.

A forte seca e as recentes queimadas registradas no país -especialmente em São Paulo, principal polo citrícola do mundo-- pressionam a inflação dos alimentos e a laranja é uma das mercadorias que podem ter alta de preços num primeiro momento, ao lado do açúcar e do café.

Além de inflacionar o mercado interno, uma safra de laranja menor também afeta seriamente o mercado global da fruta, já que o Brasil responde por cerca de 75% do comércio internacional de suco de laranja no mundo.

A queda projetada na reestimativa é de 7,1% em relação à previsão feita em maio, mas o número atual, em comparação à previsão da safra 2023/24 (309,34 milhões de caixas), representa redução de 30,25%.

Se a safra agora reestimada se confirmar -caso o greening (principal praga da citricultura) e os efeitos do clima não prejudiquem mais-, ela será ligeiramente superior às 214 milhões de caixas apontadas pela CitrusBR (Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos) na safra 1988/89, até aqui a menor da série histórica.

No comunicado em que anunciou a previsão de queda na safra, o Fundecitrus afirma que a redução na estimativa se deve ao menor tamanho dos frutos, devido ao clima quente e seco.

No cinturão citrícola, choveu 31% menos do que o esperado desde maio, e a evapotranspiração por causa das altas temperaturas agravou o tamanho dos frutos.

Marcelo Toledo/Folhapress

Negócio de fertilizantes é sustentável do ponto de vista econômico, diz gerente da Petrobras

O gerente de Processamento e Gás Natural da Petrobras, Wagner Felicio, afirmou nesta quarta-feira, 11, que o negócio de fertilizantes é economicamente sustentável para a Petrobras. Seguindo as previsões de seu plano estratégico até 2028, a estatal busca a retomada de suas quatro plantas de fabricação e ureia, o que foi reiterado pelo executivo.

“A Petrobras tem um papel estratégico para o País, tem no seu DNA fazer parte de aspectos estratégicos, como a área de fertilizantes, que é sensível. A pandemia tornou isso ainda mais claro. E a Petrobras entende que é importante retomar participação de mercado em fertilizantes e voltar para o negócio”, disse Felício. “Depois, para a Petrobras, esse é um negócio sustentável do ponto de vista econômico. Diante do que a gente está pensando de transição energética e plano estratégico, faz todo sentido voltar a diversificar produção ante o cenário”, continuou.

Ele falou no seminário “Cadeia de Fertilizantes: Os caminhos para inovação, bioeconomia e segurança alimentar”, organizado pela Secretaria de desenvolvimento econômico do governo do Rio de Janeiro na casa G20, na zona sul da capital fluminense.

IstoéDinheiro

Missão técnica traz produtores de cacau do Pará para conhecer cooperativas de café que são referência em Minas Gerais

Uma comitiva de 30 pessoas, de 12 cooperativas de cacau de diferentes regiões do Pará, esteve em Paraguaçu (MG), no final de agosto, para conhecer cooperativas de café do Sul de Minas que são exemplos de cooperativismo. O grupo integra a CacauCoop Pará 2024 - missão técnica organizada pelo CocoaAction Brasil e OCB-PA, com apoio de IPAM, Solidaridad e GIZ.

Segundo o IBGE, o Pará tem 30 mil propriedades rurais com cacau, espalhadas por uma área de 1.248.000 km², maior que a soma dos territórios da Itália, Alemanha e França. Esta dimensão territorial somada ao fato de boa parte dos cacauicultores se concentrarem na região da Transamazônica dificulta o escoamento da produção, o que tem motivado estes produtores a se unir em cooperativas, com objetivo de facilitar a compra coletiva de insumos e a comercialização das amêndoas.

Hoje, há cerca de 16 cooperativas de produtores de cacau estabelecidas no Pará e representantes de 12 delas participaram da missão técnica, que aconteceu de 26 a 28 de agosto. A ideia deste intercâmbio surgiu após a palestra de Renato José de Melo, Superintendente da Coomap, Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu, no 6º Fórum Anual do Cacau, realizado em 2023, em Ilhéus (BA). Na ocasião, Melo contou como uma diretoria profissional, a união dos produtores da região e a oferta de assistência técnica gratuita aos cooperados colocou a cooperativa mineira em posição de destaque. A Coomap é tida como referência de organização, profissionalismo e sustentabilidade no café.

Não por acaso, a sede da cooperativa, em Paraguaçu, que conta com aproximadamente 800 cooperados, foi a primeira parada da comitiva paraense. A Coomap é um caso de sucesso por ter se reinventado com a reestruturação do Departamento Técnico, que passou a oferecer assistência técnica gratuita aos pequenos cafeicultores, ajudando a alavancar sua produtividade e renda. Isso resultou em maior fidelidade na entrega de cafés à cooperativa, e com isso uma série de novos serviços pôde ser ofertada pela cooperativa a seus membros.

Notícias Agrícolas

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

PMX Ativos Judiciais S.A.

CNPJ/MF em Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constitição de Sociedade Anonima

Data e Local: Aos 26/08/2024, às 10h00, na Av. Faria Lima, 1811, 9º andar, conjunto 918, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (i)** Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto; **(ii)** Subscrição e forma de integralização das ações; **(iii)** Eleição da diretoria; e **(iv)** Eleição do Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que o projeto do estatuto social, já do conhecimento de todos e cujo teor segue em apenso devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível. **Subscrição e Forma de Integralização das Ações**: O capital será de 10.000 ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R$ 1,00 cada, totalizando R$ 10.000,00, totalmente subscrito e será integralizado em moeda corrente nacional, sendo que, 10% do capital deverá ser integralizado pelos acionistas fundadores e depositado em instituição financeira nacional até a data de protocolo da Ata de AGC, perante a JUCESP e os restantes 90% na data do registro dos estatutos na mesma Junta Comercial. Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição em anexo I e reproduzido a seguir. Restou, estabelecido, que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: **(i)** a acionista **Tatiana Dias Marcari Perin**, RG nº 30.336.658-8, SSP/SP, CPF/MF nº 280.577.458-27, subscreve 5.100 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 5.100,00, equivalentes a 51% das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a JUCESP; e **(ii) Gustavo Dias Marcari**, RG nº 32.860.431-8, SSP/SP, CPF/MF nº 306.124.488-35, subscreve 4.900 ações preferencias, sem direito a voto, nominativas, no valor de R$ 1,00 e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R$ 4.900,00, equivalentes a 49% das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a JUCESP. **Eleição da Diretoria e Remuneração:** Por unanimidade foram eleitos, para o período de 03 anos, para compor a diretoria da companhia: **(i) Gustavo Dias Marcari**, acima qualificado, como Diretor Presidente, e **(ii) Aparecido Marcari**, RG nº 5506178 SSP/SP, CPF/MF nº 568.338.738-87, como Diretor Administrativo, os quais aceitaram os cargos, sem remuneração. **Conselho Fiscal:** não foi constituído o Conselho Fiscal. Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, SP, 26/08/2024. Ass.: **Tatiana Dias Marcari Perin** – Presidente; **Gustavo Dias Marcari** – Secretário. **Gustavo Dias Marcari** – Diretor Presidente; **Aparecido Marcari** – Diretor Administrativo. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Cláusula 1ª**. A companhia adota o seguinte a denominação empresarial **PMX Ativos Judiciais S.A. Cláusula 2ª.** A companhia terá sua sede na Avenida Faria Lima, 1811, 9º andar, conjunto 918, São Paulo-SP. **Cláusula 3ª**. A companhia terá por objeto a compra e venda e ativos judiciais – **CNAE nº 6499-9/99**; **Cláusula 4ª**. A companhia iniciou suas atividades a partir de 26/08/2024 e seu prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Do Capital e das Ações: Cláusula 5ª.** O capital social da companhia é de **R$ 10.000,00**, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em **10.000** ações, sendo **5.100** ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de R$ 1,00 e **4.900** ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas, de valor nominal de R$ 1,00. **§ 1º.** O capital social poderá ser aumentado sempre que a assembleia geral o julgue conveniente, e da seguinte forma: **a.** pela emissão de novas ações, subscritas mediante pagamento; e **b.** pelo aumento do valor nominal das ações existentes, resultante quer da incorporação de bens, quer pela aplicação das reservas, quer ainda por quaisquer outros meios, a juízo da assembleia geral. **§ 2º.** Na hipótese de aumento de capital pelo acionista, o outro terá o prazo de 30 dias a contar da data da assembleia que deliberou o aumento, para o exercício de seu direito de preferência para subscrição de ações. **Cláusula 6ª.** Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais. **Cláusula 7ª.** As ações serão indivisíveis perante a sociedade, que não lhes reconhecerá mais que um proprietário para cada unidade. **Capítulo III – Da Administração da Sociedade: Cláusula 8ª.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 2 diretores, sendo um com denominação Diretor Presidente e o outro Diretor Administrativo. **§ 1º.** Os diretores serão eleitos por maioria de votos em assembleia geral, com o exercício por 3 anos, podendo ser reeleitos. **§ 2º.** O **Diretor Presidente** poderá praticar todos e quaisquer atos, por mais importantes que sejam, ainda que envolvam responsabilidade direta ou indireta da sociedade, desde que de interesse desta, entre os quais, mas não se limitando a esses: **a.** Abrir, encerrar e movimentar contas bancárias em nome da Companhia; **b.** Assinar contrato de compra e venda de ativos judiciais, contrato de Sociedade em Conta de Participante, bem como outros contratos com terceiros, deste que tenham relação com o objeto da sociedade; **c.** Representar a sociedade em juízo ou fora dele; e **d.** Nomear procurador, por tempo determinado, devendo o instrumento de procuração especificar todos os atos a serem praticados pelos procuradores. **§ 3º.** O **Diretor Administrativo** poderá praticar todos e quaisquer atos ligados à gestão interna da sociedade, não possuindo, entretanto, poderes para assinar em nome da companhia. **Cláusula 9ª.** A diretoria proporá, às assembleias gerais, a forma de distribuição dos dividendos e lucros da sociedade. **§ único:** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer dos diretores, e suas resoluções constarão do Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Cláusula 10ª.** O mandato dos diretores vigorará da data em que eleitos e empossados, até a data da assembleia que eleger seus sucessores, permanecendo em seus cargos até que estes sejam eleitos e empossados. **§ 1º.** Os diretores serão investidos mediante termo de posse lavrado no livro de atas e reuniões da diretoria. **§ 2º.** Quando se vagar um cargo da diretoria, deverá ser convocada uma assembleia geral extraordinária, para eleição do novo titular até o término do mandato em curso. **Capítulo IV – Do Conselho Fiscal: Cláusula 11ª.** A companhia poderá eleger Conselho Fiscal que será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária, que lhes fixará honorários. **Cláusula 12ª.** O Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere. **Capítulo V Da Assembleia Geral e Nomeação de Procuradores: Cláusula 13ª.** Nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, reunir-se-á a Assembleia Geral Ordinária; as extraordinárias realizar-se-ão nas épocas e datas julgadas convenientes aos interesses da sociedade e sempre que convocadas na forma da lei. **§ único:** As assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos acionistas presentes, escolhidos por aclamação. **Cláusula 14ª.** Os acionistas, para assinarem o livro de presença, exibirão o recibo de depósito de suas ações. **Cláusula 15ª.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem no mínimo 1/2 do capital social com direito a voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **§ único:** A assembleia geral, após instalada, elegerá o secretário que, juntamente com o presidente aclamado, formarão a mesa; a seguir, iniciar-se-ão os trabalhos, respeitada a ordem do dia. **Cláusula 16ª.** A assembleia geral poderá nomear procuradores com poderes específicos para praticar todos e quaisquer atos, por mais importantes que sejam, ainda que envolvam responsabilidade direta ou indireta da sociedade, representando-a sempre, em juízo ou fora dele, com a máxima autonomia e independência, especialmente para abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em nome da companhia. **Capítulo VI – Dos Fundos Sociais e dos Dividendos: Cláusula 17ª.** O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço geral e o inventário, com observância das prescrições legais. **Cláusula 18ª.** O lucro líquido apurado, após amortizações e depreciações usuais, permitidas em lei, terá a seguinte aplicação: **a.** 5% para constituição do fundo de reserva legal, destinado a assegurar a integridade do capital social, até o limite de 20% do mesmo, quando deixará de ser obrigatório; e **b.** O restante será distribuído como dividendo aos acionistas; todavia, a assembleia geral poderá destinar parte desse restante a outras reservas, gratificações, aquisições de móveis, imóveis, ou qualquer outra finalidade julgada de interesse para a sociedade. **Cláusula 19ª.** Os dividendos poderão ser distribuídos, a critério da diretoria, em duas prestações, dentro, porém, do exercício em que for aprovado o balanço geral, pela assembleia geral. **Cláusula 20ª.** Os dividendos não vencerão juros e se não reclamados após 5 anos, prescreverão em benefício da sociedade. **Capítulo VII** – **Das Disposições Gerais e Transitórias: Cláusula 21ª.** O primeiro ano social começará na data do arquivamento destes estatutos na JUCESP, retroagindo à data de constituição da firma que ora se transforma em sociedade anônima, continuando sua escrituração nos mesmos livros, abrangendo o primeiro exercício as operações realizadas no corrente ano até 31 de dezembro de 2024. **Cláusula 22ª.** Quaisquer despesas com viagens de negócios ou estudos, realizadas pelos diretores, quer pelo território nacional, quer pelo exterior, serão debitadas em conta especial, tornando-se de responsabilidade da sociedade. **Cláusula 23ª.** Os casos omissos serão regulados pela Lei nº 6.404/1976, e legislação posterior. Finda a leitura do estatuto a seguir descrito. Os diretores nomeados declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Nada mais havendo a tratar, deu o Sr. Presidente por encerrada a reunião, lavrando, em três (3) vias, a presente ata que, depois de lida, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas, pelos membros da mesa que a presidiu e assinada a seguir por todos os presentes. São José do Rio Preto, SP, 26/08/2024. Ass.: **Tatiana Dias Marcari Perin** – Presidente; **Gustavo Dias Marcari** – Secretário; **Gustavo Dias Marcari** – Diretor Presidente Eleito; **Aparecido Marcari** – Diretor Administrativo Eleito; **Clóvis Henrique de Moura** – OAB/SP 152.679. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 35.300.645.952 em 04/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Dólar fecha em leve queda de 0,10%, a R$ 5,6498, com petróleo e debate nos EUA

O ambiente internacional ditou o comportamento do mercado de câmbio doméstico nesta quarta-feira, 11, dia marcado pela divulgação da última leitura de inflação ao consumidor norte-americano antes da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos). Após a alta de 1,32% na terça-feira, quando superou R$ 5,65 e fechou no maior valor desde 6 de agosto, o dólar à vista apresentou leve recuo nesta quarta. O real se beneficiou da alta de mais de 2% dos preços do petróleo e do apetite por divisas emergentes, diante da redução dos temores de recessão nos EUA.

Moedas latino-americanas pares do real teriam ganhado impulso extra com a reversão parcial de posições compradas em dólar, na esteira da avaliação de que a candidata democrata à presidência dos EUA, Kamala Harris, venceu debate da terça-feira à noite contra Donald Trump. Uma suposta vitória do ex-presidente é vista como desfavorável a divisas da região, por aumento do protecionismo.

Com mínima a R$ 5,6074 e máxima a R$ 5,6748, o dólar à vista fechou a R$ 5,6498, em baixa de 0,10%. Com ganhos de 1,07% na semana, a moeda passou a apresentar leve valorização no mês (0,26%). Segundo analistas, a taxa de câmbio se mantém ao redor de R$ 5,65 em razão, sobretudo, de prêmios de risco associados ao quadro fiscal doméstico.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes – o DXY ensaiou um queda pela manhã, sob impacto do debate presidencial nos EUA.

IstoéDinheiro

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 – NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de julho de 2024

Data, Hora e Local: 11/07/2024, às 12h00, na sede social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), em Barueri-SP, na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 9º andar, Ed. Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré. **Convocação e Presença**: dispensada a convocação, em função da presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Abhi Manoj Shah; Secretário(a): Raphael Linares. **Ordem do Dia**: **1.** Autorizar expressamente a diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, a discutir, negociar e assinar o 6º aditamento ao "*Instrumento Particular de Escritura da 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.*", celebrado entre a Companhia, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, CNPJ/MF nº 17.343.682/0003-08 ("Agente Fiduciário"), e a **Azul S.A.**, CNPJ/MF nº 09.305.994/0001- 29 ("Garantidora"), em 11/06/2018, o qual foi arquivada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") em 18/06/2018, sob o nº ED002526-4/000, conforme posteriormente aditado ("Escritura da 9ª Emissão"), o qual alterará **(i)** as datas de amortização das debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real adicional e garantia fidejussória adicional, em série única, da 9ª emissão da Companhia ("Debêntures da 9ª Emissão"), de modo que o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura da 9ª Emissão) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 9ª Emissão passará a ser amortizado em 16 parcelas sucessivas e trimestrais, sendo a primeira parcela devida no 81º mês (inclusive) contado da data de emissão, ou seja, devida em 20/03/2025, e a última na data de vencimento, qual seja, 20/12/2028, conforme cronograma de pagamentos a ser previsto na Escritura da 9ª Emissão; **(ii)** as datas de pagamento de juros das Debêntures da 9ª Emissão, de modo a **ratificar** as datas de pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura da 9ª Emissão), sendo realizadas trimestralmente, no dia 20 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, conforme cronograma a ser previsto na Escritura de 9ª Emissão; e **(iii)** demais termos e condições previstos na Escritura de 9ª Emissão, nos termos aprovados na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 19/06/2024, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 26/06/2024 sob o nº 253.654/24-1 ("6º Aditamento à Escritura da 9ª Emissão"); e **2.** Autorizar expressamente a diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, a discutir, negociar e assinar o 5º aditamento ao "*Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.*", celebrada entre a Companhia, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 13/12/2018, o qual foi arquivada na JUCESP em 21/12/2018, sob o nº ED002740-6/000, conforme posteriormente aditado ("Escritura da 10ª Emissão"), o qual alterará **(i)** as datas de amortização das debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real adicional e garantia fidejussória adicional, em série única, da 10ª emissão da Companhia ("Debêntures da 10ª Emissão"), de modo que o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura da 10ª Emissão) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 10ª Emissão passará a ser amortizado em 16 parcelas sucessivas e trimestrais, sendo a primeira parcela devida no 75º mês (inclusive) contado da data de emissão, ou seja, devida em 20/03/2025, e a última na data de vencimento, qual seja, 20/12/2028, conforme cronograma de pagamentos a ser previsto na Escritura da 10ª Emissão; **(ii)** as condições de pagamento de juros das Debêntures da 10ª Emissão, de modo a **ratificar** as datas de pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura da 10ª Emissão), sendo realizadas trimestralmente, no dia 20 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, conforme indicado no cronograma a ser previsto na Escritura de 10ª Emissão; e **(iii)** demais termos e condições previstos na Escritura de 10ª Emissão, nos termos aprovados na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 19/06/2024, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 26/06/2024 sob o nº 253.654/24-5 ("5º Aditamento à Escritura da 10ª Emissão"); **3.** Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores, necessários à consecução das deliberações acima. **Deliberações tomadas por unanimidade**: **1.** Autorização expressa à diretoria da Companhia e/ou seus eventuais procuradores a discutir, negociar e assinar o 6º Aditamento à Escritura da 9ª Emissão; e **2.** Autorização à diretoria e/ou seus eventuais procuradores a discutir, negociar e assinar o 5º Aditamento à Escritura da 10ª Emissão; e **3.** A ratificação de todos os atos praticados pela diretoria e/ou seus eventuais procuradores, conforme o caso, necessários para a consecução das deliberações acima. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado, foi lavrada esta ata. Acionistas: (i) Azul S.A. (por John Peter Rodgerson); e (ii) David Gary Neeleman. Barueri, 11/07/2024. **Abhi Manoj Shah** – Presidente; **Raphael Linares** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 336.190/24-4 em 09/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Taxas de juros terminam com viés de alta em sessão de oscilações restritas

Os juros futuros fecharam a quarta-feira com viés de alta. O trecho curto teve avanço moderado durante toda a sessão, enquanto as taxas longas inverteram o viés de baixa na reta final dos negócios, o que configurava perda de inclinação para a curva. A piora não teve gatilho claro, enquanto a agenda do dia reforçou a ideia de corte de 25 pontos-base no juro dos EUA e de aumento, na mesma dose, da Selic, nas reuniões de política monetária da próxima semana. O resultado da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) ficou acima do esperado, ainda que em função de fator atípico, e o índice de inflação ao consumidor veio relativamente em linha com o previsto.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,925%, de 10,919% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026, em 11,79%, de 11,76% ontem. O DI para janeiro de 2027 tinha taxa de 11,75%, de 11,73% no ajuste de ontem, e o DI para janeiro de 2029, taxa de 11,83%, de 11,81% terça.

A movimentação das taxas foi restrita, na ausência de um vetor forte o bastante para estimular posições mais firmes. "A dinâmica do mercado no curto prazo está toda travada pela espera da próxima quarta-feira", explica o estrategista-chefe da Monte Bravo, Alexandre Mathias, referindo-se às reuniões do Federal Reserve e do Copom no dia 18.

O economista-chefe do banco Bmg, Flávio Serrano, avalia que o mercado de juros esteve "de lado". "Ameaçou andar com a PMS, mas voltou", disse, lembrando que "um fator pontual acabou tirando o número da expectativa".

O volume de serviços prestados em julho cresceu 1,2%, superando o teto das previsões (1,1%) coletadas pelo Projeções Broadcast. Segundo o IBGE, o número foi afetado por uma correção nas receitas informada por um grande participante da pesquisa, que vinham sendo subestimadas.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

VIAÇÃO GRAJAÚ S.A.

CNPJ/MF nº 32.238.981/0001-04 - NIRE: 35.300.529.235

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data e Horário e Local: Aos 27/04/2024, às 15 horas, sede social. **Convocação:** Dispensada. **Quorum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Mesa:** Sr. Francisco Pinto - Presidente; e Edson Gonçalves - Secretário. **Ordem do Dia: (i)** Aprovação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** Outros assuntos do interesse social. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, deliberou-se: **(i)** Aprovar as demonstrações financeiras e balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, devidamente publicadas no jornal Data Mercantil em edição de 26 de abril de 2024 em suas versões impressa e digital.**Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Acionista presente: Viação Cidade Dutra Ltda. Representada por seu administrador Francisco Pinto. São Paulo, 27 de abril de 2024. Francisco Pinto - Presidente da Mesa, Edson Gonçalves - Secretário da Mesa. Jucesp - registrada sob o numero 222.453/24-2 em 13/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ARMCO DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 71.586.952/0001-87 - NIRE Nº 35.300.136.764

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em AGOE, que se realizará no dia **19/09/2024** às 14 horas, na filial estabelecida na Av. Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, nº. 2.705, Jacareí - SP, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei no. 6.404/76, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Deliberar sobre: **I. AGO -** 1. Aprovação dos resultados financeiros até 31/12/2023; 2. Fixar a remuneração global da Diretoria para o exercício de 2024 e 2025; 3. Ratificar a discrepância verificada entre o montante da remuneração estabelecida e a efetivamente paga para o exercício findo e **II. AGE -** 1. Eleição do Conselho de Administração para o biênio 2024 a 2026; 2. Eleição da Diretoria para o biênio 2024 a 2026; 3. Consolidar o Estatuto Social em vigor. Informações Gerais: 1. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Cia. 2. Conforme art. 135 da Lei 6.404/76, a Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número. 3. O acionista pode ser representado na assembléia-geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Cia ou advogado. São Paulo, 10 de setembro de 2024. LEVON KESSADJIKIAN - Presidente do Conselho de Administração. (11, 12 e 13/09/2024)

TB Facilities S.A.

CNPJ/MF nº 36.275.365/0001-76 – NIRE 35.300.548.949

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 30/04/2024, às 11h00, na sede social. **Convocação e Quórum de Instalação**: dispensada a convocação, face à presença do acionista detentor da totalidade das ações. **Mesa**: Nesterson da Silva Gomes, presidente e Lidia Leila da Silva, secretária. **Deliberações da Ordem do Dia**, aprovadas por unanimidade de votos: ***a)*** foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2023; ***b)*** foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** nada mais a tratar. **Nesterson da Silva Gomes** – Presidente da Assembleia; **Lidia Leila da Silva** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.710/24-7 em 12/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TB Facilities S.A.

CNPJ/MF nº 36.275.365/0001-76 – NIRE 35.300.548.949

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 29/04/2024, às 11h00, na sede social. **Convocação e Quórum:** dispensada a convocação, face à presença do acionista detentor da totalidade das ações. **Mesa:** Nesterson da Silva Gomes, presidente e Lidia Leila da Silva, secretária. **Deliberações da Ordem do Dia**, aprovadas por unanimidade de votos: ***a)*** foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2022; ***b)*** foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** nada mais a tratar. **Nesterson da Silva Gomes** – Presidente da Assembleia; **Lidia Leila da Silva** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 303.851/24-7 em 14/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TB Urbem S.A.

CNPJ/MF nº 41.757.463/0001-80 – NIRE 35.300.567.587

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 30/04/2024, às 11h00, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Nesterson da Silva Gomes – Presidente; Lidia Leila da Silva – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia**, aprovadas por unanimidade de votos: **a)** Aprovados o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2023, publicado no "Data Mercantil", nas versões impressa e digital, da edição de 02/04/2024. **b)** Dispensada a instalação do Conselho Fiscal. **Encerramento**: Nada mais. **Nesterson da Silva Gomes** – Presidente da Assembleia; **Lidia Leila da Silva** – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 302.887/24-6 em 13/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TB Urbem S.A.

CNPJ/MF nº 41.757.463/0001-80 – NIRE 35.300.567.587

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 29/04/2024, às 11h00, na sede social. **Convocação e Quórum**: dispensada a convocação, face à presença do acionista detentor da totalidade das ações. **Mesa**: Nesterson da Silva Gomes – Presidente; Lidia Leila da Silva – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia**, aprovadas por unanimidade de votos: ***a)*** foram aprovados, sem restrições, o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2022; ***b)*** foi dispensada a instalação do Conselho Fiscal conforme faculta o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais a tratar. **Nesterson da Silva Gomes** – Presidente; **Lidia Leila da Silva** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.487/24-8 em 12/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TB Loguer S.A.

CNPJ/MF nº 41.519.491/0001-69 – NIRE 35.300.566.459

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 30/04/2024, às 11h00 horas, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Nesterson da Silva Gomes, presidente da assembleia e Lidia Leila da Silva, secretária. **Deliberações da Ordem do Dia**, aprovadas por unanimidade de votos: **a)** Aprovados o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2023, publicado no "Data Mercantil", nas versões impressa e digital, da edição de 02/04/2024. **b)** Dispensada a instalação do Conselho Fiscal. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. **Nesterson da Silva Gomes** – Presidente da Assembleia; **Lidia Leila da Silva** – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 303.507/24-0 em 14/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TB Loguer S.A.

CNPJ/MF nº 41.519.491/0001-69 – NIRE 35.300.566.459

Certidão da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 29/04/2024, às 11h00, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Nesterson da Silva Gomes, presidente da assembleia e Lidia Leila da Silva, secretária. **Deliberações da Ordem do Dia**, aprovadas por unanimidade de votos: **a)** Aprovados o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31/12/2022, publicado no "DOE-SP" e no "Data Mercantil", nas versões impressa e digital, da edição de 29/03/2023. **b)** Dispensada a instalação do Conselho Fiscal. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. Nesterson da Silva Gomes – Presidente da Assembleia; **Lidia Leila da Silva** – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 303.508/24-3 em 14/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Via Sudeste Transportes S.A.

CNPJ/MF nº 32.184.522/0001-87 - NIRE: 35.300.528.743

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data e Horário e Local: 11/05/2024, às 10 horas, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Convocação e Publicação:** dispensadas. **Mesa:** Sr. Vicente dos Anjos Dinis Ferraz, e Sr. Francisco Parente dos Santos - Secretário. **Ordem do Dia: (i)** Aprovação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** Outros assuntos do interesse social. **Deliberações:** Por unanimidade de votos, deliberou-se: (i) Aprovar as demonstrações financeiras e balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, devidamente publicadas no jornal Data Mercantil em edição de 10/05/2024 em suas versões impressa e digital. **(ii)** Outros assuntos do interesse social. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Acionistas: Via Sul Transportes Urbanos Ltda, representada pelos seus administradores Francisco Parente dos Santos e Vicente dos Anjos Dinis Ferraz. Certificamos que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. São Paulo, 11 de maio de 2024. Vicente dos Anjos Dinis Ferraz - Presidente da Mesa. Francisco Parente dos Santos - Secretário da Mesa. Jucesp - registrada sob o numero 206.201/24-2 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ibitu Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.908.280/0001-64 – NIRE 35.300.527.291

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de agosto de 2024

Data, Hora e Local: 15/08/2024 às 09h45, na sede social da Companhia. **Presença:** Todos os Conselheiros. **Mesa:** Presidente: **Paulo Alexandre Coelho Abranches**; Secretário: **Pedro Paulo Araújo da Costa. Deliberações tomadas por unanimidade: (i)** Aprovar a outorga, pela **Caldeirão Grande 2 Solar S.A.** (CNPJ 48.949.370/0001-04) ("Emissora"), da alienação fiduciária da totalidade das ações presentes ou futuras, de titularidade da Companhia, de emissão da Emissora ("Alienação Fiduciária"), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no *"Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças"* ("Contrato de Alienação Fiduciária" e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia"); **(ii)** autorizar a diretoria da Emissora, através de sua diretoria ou procuradores, a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, aperfeiçoamento ou conclusão da Emissão, da Alienação Fiduciária e/ou da Oferta, especialmente, mas não se limitando, a (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, à Alienação Fiduciária, às Debêntures e à Oferta, (b) celebrar os Contratos de Garantia, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito dos Contratos de Garantia, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados à Emissão, à Alienação Fiduciária, às Debêntures e à Oferta, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, da Alienação Fiduciária e da Oferta; e (c) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias acima, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Alienação Fiduciária, da Emissão e da Oferta; **(iii)** Aprovar a celebração, pela sua subsidiária Ibitu Comercializadora, **(iii. a)** de 07 distintos instrumentos denominados, individualmente, "*Termo de Cessão Parcial do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*", e, em conjunto denominados "Termos de Cessões Parciais BP", por meio dos quais, a Ibitu Ibitu Comercializadora irá ceder parcialmente, e em condições iguais, individualmente à cada uma das SPES, os direitos e obrigações decorrentes do "*Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*", celebrado, em 23/12/2021, entre a BP Comercializadora de Energia S.A. ("BP Comercializadora"), a Ibitu Comercializadora e a Companhia, em particular o dever de venda de energia elétrica à BP Comercializadora, conforme volume e prazo previstos nos Termos de Cessões Parciais BP; e **(iii. b)** de 07 distintos instrumentos denominados, individualmente, "*Termo de Cessão Parcial do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*" e, em conjunto, denominados, "Termos de Cessões Parciais Energisa", por meio do qual a Ibitu Comercializadora irá ceder parcialmente, e em condições iguais, individualmente à cada uma das SPES, os direitos e obrigações decorrentes do "*Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*", celebrado, em 18/07/2023, entre a Energisa Comercializadora de Energia S.A. ("Energisa"), a Ibitu Comercializadora e a Companhia, em particular o dever de venda de energia elétrica à Energisa, conforme volume e prazo previstos nos Termos de Cessões Parciais Energisa; em conjunto, denominados "Termos de Cessões Parciais". **(iv)** Aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de Fiadora, **(iv. a)** de 07 distintos instrumentos denominados, individualmente, "*Termo de Cessão Parcial do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*", e, em conjunto denominados "Termos de Cessões Parciais BP", que ficarão arquivados na sede da Companhia, por meio dos quais, a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. ("Ibitu Comercializadora") irá ceder parcialmente, e em condições iguais, individualmente à cada uma das SPES, os direitos e obrigações decorrentes do "*Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*", celebrado, em 23/12/2021, entre a BP Comercializadora de Energia S.A. ("BP Comercializadora"), a Ibitu Comercializadora e a Companhia, em particular o dever de venda de energia elétrica à BP Comercializadora, conforme volume e prazo previstos nos Termos de Cessões Parciais BP; e **(iv. b)** de 07 distintos instrumentos denominados, individualmente, "*Termo de Cessão Parcial do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*" e, em conjunto, denominados, "Termos de Cessões Parciais Energisa", que ficarão arquivados na sede da Companhia, por meio do qual a Ibitu Comercializadora irá ceder parcialmente, e em condições iguais, individualmente à cada uma das SPES, os direitos e obrigações decorrentes do "*Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivada*", celebrado, em 18/07/2023, entre a Energisa Comercializadora de Energia S.A. ("Energisa"), a Ibitu Comercializadora e a Companhia, em particular o dever de venda de energia elétrica à Energisa, conforme volume e prazo previstos nos Termos de Cessões Parciais Energisa; em conjunto, denominados "Termos de Cessões Parciais". **(v)** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato, bem como ratificar todas as providências já adotadas para a formalização do quanto aprovado nesta assentada. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 15/08/2024. Mesa: Paulo Alexandre Coelho Abranches – **Presidente;** Pedro Paulo Araújo da Costa – **Secretário.** Conselheiros: Paulo Alexandre Coelho Abranches; Pedro Paulo Araújo da Costa; Carlos Randopho Gros; Ricardo Alberto de Armas Paredes – **Conselheiros.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 336.164/24-5 em 06/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5456
Dólar (EUA) - 5,6679
Franco (Suíça) - 6,6267
Iene (Japão) - 0,0398
Libra (Inglaterra) - 7,3940
Peso (Argentina) - 0,0059
Peso (Chile) - 0,0060
Peso (México) - 0,2855
Peso (Uruguai) - 0,1403
Yuan (China) - 0,7961
Rublo (Rússia) - 0,0619
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,2236

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,6248 / R$ 5,6254 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,647 / R$ 5,649 *
Turismo - R$ 5,682 / R$ 5,862
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,07%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,27%
Pontos: 134.676
Volume financeiro: R$ 18,879 bilhões
Maiores altas: Yduqs ON (8,03%), Cogna ON (6,72%), Carrefour ON (6,19%)
Maiores baixas: IRB ON (-4,61%), BRF ON (-2,68%), Caixa Seguridade ON (-2,58%)
S&P 500 (Nova York): 1,07%
Dow Jones (Nova York): 0,31%
Nasdaq (Nova York): 2,17%
CAC 40 (Paris): -0,14%
Dax 30 (Frankfurt): 0,35%
Financial 100 (Londres): -0,15%
Nikkei 225 (Tóquio): -1,49%
Hang Seng (Hong Kong): -0,73%
Shanghai Composite (Xangai): -0,82%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,3%
Merval (Buenos Aires): -1,34%
IPC (México): 0,44%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%
Maio 2024: 0,46%
Junho 2024: 0,21%
Julho 2024: 0,38%

Negócios

Braskem lança centro de inovação para produtos químicos renováveis nos EUA

A Braskem anunciou nesta terça-feira (10) a abertura de um novo centro de pesquisas nos Estados Unidos para o desenvolvimento de produtos químicos e materiais renováveis a partir de biomassa.

Com investimentos em torno de R$ 110 milhões, a unidade, localizada em Lexington, Massachusetts, expande a capacidade da petroquímica nas áreas de biotecnologia, catálise e engenharia de processos. O centro vai conduzir pesquisas em estágio inicial para conversão de matérias-primas à base de origens como açúcares, etanol, óleos vegetais, celulose e lignina.

Inicialmente com 35 profissionais, a meta é dobrar o tamanho da unidade, chegando perto de 80 nos próximos dois anos.

Mark Nikolich, vice-presidente da Braskem na América do Norte, afirma que a criação de soluções renováveis é parte de uma estratégia em que a empresa investe há anos, a exemplo do plástico verde, desenvolvido em 2007, o primeiro polietileno de origem renovável a ser produzido em escala industrial no mundo. O produto reciclável, feito a partir do etanol de cana, é fabricado desde 2010 no Rio Grande do Sul.

Durante o evento de lançamento do novo centro de pesquisa, o executivo exaltou a importância de esforços para reduzir as emissões de carbono, investir na circularidade do plástico e na produção de químicos e materiais de fonte renovável, como alternativa ao fóssil, no momento em que o mundo precisa combater a crise climática.

De acordo com Antonio Queiroz, vice-presidente global de inovação e tecnologia, o investimento expande a presença da companhia em pesquisa e desenvolvimento internacionalmente. A multinacional brasileira avaliou a instalação em outras regiões nos EUA e também na Europa. O local foi escolhido por estar próximo de mais de 60 universidades, como Harvard, MIT, Northeastern University, além de startups e fornecedores do setor.

Joana Cunha/Folhapress

AWS, da Amazon, anuncia investimento de R$ 10 bi no Brasil até 2034

A AWS, sigla para Amazon Web Services, anunciou investimentos de R$ 10 bilhões nos próximos dez anos para "expandir, construir, conectar, operar e manter data centers no Brasil". A empresa oferece serviços popularmente conhecidos de armazenamento de dados como "nuvem".

Segundo nota da empresa, foram investidos R$ 19,2 bilhões no período entre 2011 e 2023. O valor teria contribuido em R$ 24,1 bilhões (US$ 4,8 bilhões) para o produto interno bruto (PIB) e gerado 10 mil vagas de emprego por ano durante o período.

"Os investimentos privados são uma ótima notícia para o Brasil. Sinal da confiança da indústria na nossa economia, e garantia de crescimento sustentável, com geração de emprego e renda", afirmou o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, segundo a nota.

A infraestrutura da AWS no Brasil está localizada sobretudo em São Paulo, mas inclui pontos no Ceará e Rio de Janeiro.

IstoéDinheiro

Com calor e seca, indústria pode cancelar férias coletivas para evitar falta de ar-condicionado

A forte onda de calor e o tempo seco em quase todo o país impulsionam a demanda por aparelhos de ar-condicionado e ventiladores e ligam o alerta para a indústria brasileira evitar o desabastecimento.

Segundo o presidente executivo da Eletros, Jorge Nascimento, neste momento não há falta dos produtos nas lojas. Porém, se a pior seca já registrada no país agravar, pode haver impacto da chegada de navios com insumos daqui a um ou dois meses e atraso na fabricação do estoque de verão.

Neste caso, o executivo afirma que o setor já considera a suspensão das férias coletivas dos funcionários em dezembro, para evitar falta de produto ao consumidor.

"Não há risco de desabastecimento neste momento, porque já se antecipou muito a produção. O que talvez esteja acontecendo em casos pontuais é não encontrar o produto entre o pedido ao fornecedor e a chegada na loja, porque está sendo um momento realmente de muita procura de ar-condicionado", diz Nascimento.

No primeiro semestre deste ano, a venda de aparelhos de ar-condicionado bateu recorde ao marcar crescimento de 88% na linha residencial em relação aos seis primeiros meses de 2023. No caso dos ventiladores de mesa, o salto foi de 123%. Foram vendidos mais de sete milhões de ventiladores no período.

O resultado é ainda mais expressivo se for comparado à venda de produtos da linha branca (geladeiras, máquinas de lavar roupas e fogões), que tiveram aumento de 16%, e da marrom (TVs e equipamentos de áudio e vídeo), com alta registrada de 20%.

Os números são da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos), que prevê até o final do ano a venda de 6 milhões de unidades de ar-condicionado, um aumento significativo em relação aos 4,5 milhões de aparelhos vendidos em 2023.

Além das altas temperaturas, o aumento das vendas está relacionado à queda de juros, que facilita o parcelamento da compra do aparelho, afirma Nascimento.

O Magazine Luiza afirma que teve um crescimento de 30% nas vendas de ar-condicionado e de ventiladores em agosto deste ano, comparado ao mesmo mês do ano passado.

IstoéDinheiro